

## Projeto 5

becuSUL - Políticas Públicas de Preservação dos Bens Culturais no Território do Litoral Sul da Bahia

Cód/Nome	5 - becuSUL - Políticas Públicas de Preservação dos Bens Culturais no Território do Litoral Sul da Bahia
Orientador	André Luiz de Araujo Oliveira
Campus	CJA
Area	Atividades acadêmicas (ensino/pesquisa/extensão) - ÊNFASE NA PESQUISA
Vagas	2
Email	araujo.andre@ufsb.edu.br

### Resumo do Projeto.

O projeto de pesquisa “ becuSUL - POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NO TERRITÓRIO DO LITORAL SUL DA BAHIA” tem por objetivo estreitar as relações entre a Universidade e Sociedade, tendo como contexto socioespacial o Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia. Compreende-se como políticas públicas de preservação todas as ações governamentais, representadas pelos três entes federativos, no sentido de seleção, proteção e promoção dos bens culturais; bem como as políticas públicas sociais e comunitárias de preservação, inseridas nos processos de produção e reprodução desses bens culturais. Baseado nas ideias de “interconhecimento”, “multirreferencialidade, o projeto inicialmente se propõe a realização de um “inventário”, e, ao tempo possível, um “portfólio digital em rede”, das políticas públicas de preservação dos bens culturais no Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia, tendo por objetivo o reconhecimento dos Sujeitos e Grupos Sociais envolvidos; assim como as potencialidades e demandas na construção das políticas públicas e dos instrumentos de seleção, proteção e promoção dos bens culturais.

### Atividades dos bolsistas

I - Estreitar as relações entre a Universidade e Sociedade II – Afinar a relação da UFSB, na figura do CJA, com o Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia, área de atuação desta universidade. III – Estabelecer uma pesquisa tendo por base epistemológica as ideias de interconhecimento, multirreferencialidade e pesquisa-ação ou pesquisa implicada; promovendo uma pesquisa contextualizada e com resultados práticos ao território de atuação da UFSB. IV – Construção de um Inventário das políticas públicas e sociais de preservação dos bens culturais do território do Litoral Sul da Bahia. V - Construção e manutenção de um portfólio digital, em rede, resultado do inventário realizado. VI – Reconhecimento e construção de vínculos de atuação na universidade dos Mestres e Mestras das culturas populares e tradicionais do território do Litoral Sul da Bahia.

Atividades semanais

i - Revisão das Referências: bibliografia, imagem e audiovisual. II - Coleta e Análise de Dados: projetos de intervenção; políticas e sistemas governamentais; políticas sociais .III - Pesquisa de Campo: sujeitos e grupos sociais; demandas e potencialidades; IV - Consolidação dos Resultados Alcançados; V - Elaboração dos produtos finais

## 1. Introdução/Apresentação:

As ações de reconhecimento, seleção, proteção e promoção dos bens das culturas populares e tradicionais no Brasil, sempre foram preteridas em detrimento de uma política pública, sobretudo governamental, orientadas aos bens de caráter “excepcional”, representativos à memória de uma identidade nacional branca, eurocêntrica e material (FONSECA, 2001): ainda que mais recentemente, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 reconhecer “outros” bens culturais como relevantes a formação da sociedade brasileira, permitindo um novo olhar aos bens culturais, às novas referências culturais, bem como as condições socioculturais para a produção e reprodução dos “novos” bens culturais. Do velho Folclore ao novo Patrimônio Imaterial os bens culturais brasileiros passam por um processo de ressignificação simbólica, política e sobretudo social, onde os sujeitos e grupos sociais começam a ser reconhecidos como indispensáveis no processo de reprodução dos bens culturais; onde os mestres e mestras dessa cultura popular começam a ter o seu legado reconhecido pela academia e pelo poder público governamental. Ainda que parte significativa dos bens culturais de natureza material do Litoral Sul da Bahia, sobretudo os edifícios e conjuntos destes, tenham sido alvo de uma política governamental sistemática – embora insuficiente - desde os anos 1930 pela União e, posteriormente da década de 1960 pelo Estado da Bahia, os municípios, em sua maioria, não conseguiram se estruturar para construir mecanismos de preservação dos bens culturais. Nesse sentido, o projeto de pesquisa visa contribuir nos processos de visibilidades dos Sujeitos e Grupos Sociais envolvidos na produção e reprodução dos bens culturais; no reconhecimento das potencialidades e demandas à construção das políticas públicas governamentais; bem como os arranjos sociais e comunitários na “gestão” de bens culturais, como subsídios e conseqüentemente inserção nos contextos das práticas preservacionistas governamentais, enas práticas educacionais, fortalecendo as ideias de interconhecimento (BOAVENTURA, 2007) e multirreferencialidade (MACEDO, 2004).

## 2. Justificativa:

As políticas públicas de proteção aos bens culturais brasileiros têm início com a criação do atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e da “Lei de Tombamento”, em 1937, perpetuando até a década de 1970 uma prática preservacionista exclusiva aos bens culturais de natureza material. Assim, a preservação estava circunscrita apenas aos edifícios e seus conjuntos, condensando toda valoração histórica, artística, paisagista e etnográfica dos bens constituintes da identidade nacional aos bens materiais. A prática preservacionista apegada a condição material seria replicada também pelo poder público do Estado da Bahia desde a criação do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural em 1968, até o início deste século, reproduzindo o mesmo modelo preservacionista da excepcionalidade e integridade do bem cultural material como condição de torná-lo um bem cultural patrimônio. A cultura popular, traduzida institucionalmente pelo conceito de Folclore e constituída por uma tímida política preservacionista no Brasil fora do Serviço do Patrimônio, receberia um novo olhar a partir de meados da década de 1970, quando é alçada a categoria de “bem cultural” pelo CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais, e passaria a compor novas “referências culturais” no campo das políticas públicas preservacionistas pelo IPHAN. Ainda em um arranjo muito abstrato, a preservação das culturas populares no Brasil passaria a constituir um Direito Cultural, com a indicação expressa na

Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 215, § 1º, onde dispõe que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares”. A Constituição Federal de 1988, assim, construiria as bases conceituais para a norma de preservação dos bens das culturas populares, quando os reconhece como patrimônio cultural brasileiro, ampliando tanto a dimensão conceitual do bem patrimônio ao reconhecer sua imaterialidade, quanto a possibilidade de outros instrumentos de regulação e gestão pública, para além do tombamento. Numa dimensão simbólica, os valores e referências à patrimonialização dos bens das culturas populares assumem um papel definidor na construção das políticas públicas governamentais, pois é responsável por uma ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, incorporando valores estendidos ao rol dos bens culturais-patrimônio, ainda que esses valores se mantenham dicotomizados pela ideia da materialidade e imaterialidade. Esses valores atenderiam muito mais à ideia de “referência cultural” incluindo saberes, celebrações, ofícios e bens não arquitetônicos no rol de bens culturais patrimônio nacional. A pluralidade de bens associados a cada bem patrimônio, indica uma heterogeneidade nas condições de produção e reprodução dos bens culturais, uma espécie de riqueza nos processos criativos das culturas populares, bem como um imenso desafio tanto numa perspectiva gestora, quanto formativa, educativa. Assim, ainda que diante do novo aceno no reconhecimento dos bens das culturas populares e tradicionais como prática preservacionista governamental, persiste um abismo no acesso ao reconhecimento, seleção, proteção e promoção desses bens culturais, na Bahia, e conseqüentemente, no seu território Sul. Ainda que composto por um rico acervo de bens culturais em suas mais diversas manifestações, as pesquisas e ações extensionistas no Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia são escassas. Pesquisas pontuais, numa abordagem histórica em sua totalidade, foram produzidas pelo curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, bem como pela sua Especialização Lato Sensu em História do Brasil

[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/historia/](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/historia/) . No âmbito da pesquisa histórica sobre visibilidades e preservação de bens culturais, destacamos o trabalho “TESTEMUNHOS VISUAIS ARQUITETÔNICOS E MEMÓRIA” coordenado pela Professora Dra. Janete Macedo <

[http://www.uesc.br/patrimoniohistorico/test\\_visuais\\_mem.htm](http://www.uesc.br/patrimoniohistorico/test_visuais_mem.htm)>. De forma mais sistemática, outra abordagem que também dialoga com as políticas culturais do território do Litoral Sul da Bahia é a Especialização em Gestão Cultural, lato sensu, também na UESC <

[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/gestao\\_cultural/](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/gestao_cultural/)> , onde pesquisas sobre “políticas culturais, economia da cultura, gestão cultural na esfera pública e privada, sistemas de cultura e redes colaborativas, produção, distribuição e consumo de bens culturais”, contribuem de forma mais sistemática nas discussões de políticas culturais; contudo, com um olhar muito tímido às condições de preservação dos bens culturais, sobretudo, aqueles das culturas populares e tradicionais. O curso de Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas da UESC

[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/ppgeconomia/index.php](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/ppgeconomia/index.php) , de forma ainda mais pontual, discute os bens culturais inseridos no contexto de fomento ao turismo como mecanismo de alavancar a economia regional, sem estabelecer parâmetros preservacionistas ou de visibilidade e fomento aos bens das culturas populares e tradicionais. O Centro de Documentação e Memória Regional da UESC, o CEDOC <http://www.uesc.br/centros/cedoc/>, guarda estreita relação com as práticas de preservação cultural, contudo, exerce um papel muito mais ligado à documentação e memória, constituindo um importante acervo de pesquisa. Nesse sentido, ao observamos a atuação no campo da pesquisa acadêmica sobre as políticas públicas de preservação dos bens culturais, sobretudo das culturas populares e tradicionais, no território de identidade do Litoral Sul, percebemos um fértil e importante terreno de atuação da UFSB, sobretudo, pelo compromisso estabelecido pela instituição em seu processo formador no primeiro ciclo dos BIH's, ofertando em seu projeto pedagógico a área de concentração em Gestão do Patrimônio Cultural (GPC) Também, ainda que conteúdos sobre os bens culturais do território sul baiano apareçam transversalizados nos componentes curriculares da UFSB, urge um maior estreitamento e diálogo com os

saberes e práticas numa condição extramuros: seja alcançando-o fora da universidade, seja trazendo-o para o seio da universidade. Nesse sentido, o projeto “POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NO TERRITÓRIO DO LITORAL SUL DA BAHIA: SUJEITOS E GRUPOS SOCIAIS, POTENCIALIDADES E DEMANDAS” certamente, contribuirá na construção de pontes entre a universidade e a sociedade, sobretudo, no “re”conhecimento dos sujeitos/grupos sociais envolvidos e dos novos arranjos sociais e comunitários preservacionistas, bem como das principais demandas e potencialidade no enfrentamento da construção de políticas públicas governamentais e sociais

### 3. Objetivo Geral:

tem por objetivo estreitar as relações entre a Universidade e Sociedade, tendo como contexto socioespacial o Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia. Compreende-se como políticas públicas de preservação todas as ações governamentais, representadas pelos três entes federativos, no sentido de seleção, proteção e promoção dos bens culturais; bem como as políticas públicas sociais e comunitárias de preservação, inseridas nos processos de produção e reprodução desses bens culturais. Baseado nas ideias de “interconhecimento”, “multirreferencialidade e pesquisa-ação ou pesquisa implicada”, o projeto inicialmente se propõe a realização de um “inventário”, e conseguinte “portfólio digital em rede”, das políticas públicas de preservação dos bens culturais no Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia, tendo por objetivo o reconhecimento dos Sujeitos e Grupos Sociais envolvidos; assim como as potencialidades e demandas na construção das políticas públicas e dos instrumentos de seleção, proteção e promoção dos bens culturais.

#### 3.1 Objetivos Específicos:

I - Estreitar as relações entre a Universidade e Sociedade II – Afinar a relação da UFSB, na figura do CJA, com o Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia, área de atuação desta universidade. III – Estabelecer uma pesquisa tendo por base epistemológica as ideias de interconhecimento, multirreferencialidade e pesquisa-ação ou pesquisa implicada; promovendo uma pesquisa contextualizada e com resultados práticos ao território de atuação da UFSB. IV – Construção de um Inventário das políticas públicas e sociais de preservação dos bens culturais do território do Litoral Sul da Bahia. V - Construção e manutenção de um portfólio digital, em rede, resultado do inventário realizado. VI – Reconhecimento e construção de vínculos de atuação na universidade dos Mestres e Mestras das culturas populares e tradicionais do território do Litoral Sul da Bahia.

#### 4. Metodologia:

Pesquisa tendo por ênfase: • Sistemas governamentais de cultura com ênfase nos sistemas municipais; • órgãos governamentais preservacionistas IPHAN, IPAC e municipais; • documentação da SECULT Ba; • homepage sobre instituições culturais governamentais e sociais do território; • pesquisa nas redes sociais; • levantamento bibliográfico, imagético e audiovisual. Pesquisa de Campo: sujeitos e grupos sociais, demandas e potencialidades considerando o método da “etnoaprendizagem”: • “A observação, as notas de observação e a observação participante; • A “entre-vista”, a narrativa provocada e a história da vida; • Os documentos como etnotextos; • imagem na etnopesquisa; • O diário de campo como notas de itinerâncias e errâncias; • O inventário como síntese de pesquisa. Construção de Base de Dados para Portfólio: • Concepção e construção de uma base de dados digital, em rede, com livre acesso, que hospede o inventário dos bens culturais, resultado da pesquisa. • Inclusão de conteúdo em texto, imagem e audiovisual. Reuniões Quinzenais para Avaliação da Pesquisa: •

Local a ser definido, podendo ser realizado tanto na UFSB – CJA, quanto em territórios das pesquisas de campo.

## 5. Resultados Esperados:

I - Relações entre a Universidade e Sociedade mais próximas e produtivas II – Maior inserção da UFSB no território de Identidade do Litoral Sul baiano III – Proporcionar uma pesquisa científica tendo por base epistemológica a pesquisa implicada, permitindo a atuação política do pesquisador junto ao seu território identitário. V - Construção e manutenção de um portfólio digital, em rede, das políticas públicas governamentais e sociais para a preservação dos bens culturais do território do Litoral Sul da Bahia. V– Reconhecimento e construção de vínculos de atuação na universidade dos Mestres e Mestras das culturas populares e tradicionais do Sul da Bahia.

## 6. Referências:

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC.BA Inventário de Proteção do Acervo Cultural; monumentos e sítios históricos do Litoral Sul. 1ª edição. Salvador, 1988. FONSECA Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 2, p. 111-120, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2014. LAPASSADE, Georges. Da multirreferencialidade como “bricolagem”. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998, p. 126-148. MACEDO, Roberto Sidney. A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2004. \_\_\_\_\_ Etnopesquisa Crítica Etnopesquisa-Formação. 2ª ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010. \_\_\_\_\_ A etnopesquisa implicada Pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Líber Livro Editora, 2012 \_\_\_\_\_ Etnopesquisa, implicação, pertencimento e experiência formativa. In: Saberes Implicados, saberes que formam: a diferença em perspectiva. Salvador: EDUFBA, 2014. 205-216p NASCIMENTO, Cláudio Orlando C. JESUS, Rita de Cássia P. Universidade, território de Identidade e mediações culturais: saberes implicados como política de currículo e formação. In: Saberes Implicados, saberes que formam: a diferença em perspectiva. Salvador: EDUFBA, 2014. 115-130p OLIVEIRA, André Luiz de Araujo. Novos Velhos Patrimônios: trajetória da norma de preservação das Culturas Populares Brasileiras (1988 – 2013). Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. SANTOS, Boaventura de Sousa Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007 \_\_\_\_\_ . A universidade no século XXI: para uma reforma democrática emancipatória da Universidade. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010 SCHÜTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979